

## Filosofia da mente de Wittgenstein: parâmetros gramaticais e conceitos psicológicos<sup>1</sup>

Marcus José Alves de Souza<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo tem a pretensão de expor elementos conceituais e metodológicos da filosofia da mente de Wittgenstein. Tal exposição está focada, aqui, em parâmetros gramaticais dos conceitos mentais. Padrões pragmáticos de determinação dos conceitos mentais. Inicia-se com os §§ 63 e 148 da *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie II*, em que o filósofo tenta elaborar uma certa sistematização, uma visão ampla dos conceitos mentais. Dessas referências e ampliando com outras obras do filósofo, passa-se a apresentar e comentar alguns desses parâmetros gramaticais por alguns conceitos mentais. São comentados parâmetros gramaticais como: assimetria pronominal, assimetria epistêmica, duração, ensinar sobre o mundo exterior, dentre outros.

**Palavras-chave:** Wittgenstein, filosofia da mente, parâmetro gramatical, conceito mental.

### Abstract

The purpose of this article is to expose conceptual and methodological elements of Wittgenstein's philosophy of mind. Such exposition is focused here on grammatical parameters of mental concepts. Pragmatic standards for determining mental concepts. It begins with §§ 63 and 148 from *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie II*, in which the philosopher tries to elaborate a certain systematization, a broad view of mental concepts. Stemming from these references and expanding them to the philosopher's other works, this article presents and comments on some of these grammatical parameters by means of some mental concepts. Grammatical parameters are commented, such as: pronominal asymmetry, epistemic asymmetry, duration, teaching about the outside world, among others.

**Keywords:** Wittgenstein, philosophy of mind, grammar parameter, mental concept.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no II Encontro de Linguagem e Cognição da UFAL, novembro de 2015

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia, professor Adjunto de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas.  
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n. Tabuleiro dos Martins. CEP:57072-900. Maceió - AL  
Telefone: (82)99691-4235; Endereço eletrônico: [marcusjsouza@yahoo.com.br](mailto:marcusjsouza@yahoo.com.br).

A proposta deste artigo é apresentar aspectos fundamentais da filosofia da mente de Wittgenstein, tentando mostrar algumas dimensões criteriais que o filósofo elege para produzir sua reflexão sobre o mental. Pode-se dizer que a filosofia da mente ou, como é mais conhecida, a filosofia da psicologia de Wittgenstein<sup>3</sup> divide-se em duas grandes vertentes articuladas:

1) A reflexão e investigação sobre o estatuto científico da psicologia. O tratamento que o filósofo dispensou foi especialmente à psicanálise, à gestalt e à psicologia de W. James.

2) O tratamento linguístico gramatical dos termos, especialmente verbos, do âmbito psicológico e dos conceitos mentais.

As investigações sobre a psicologia como ciência são um capítulo indireto na discussão, exatamente por pressupor o trabalho gramatical para colocar a claro as confusões que as propostas da psicologia tem, seja em Freud, James ou Kohler.

O tratamento gramatical e o interesse pelas dimensões psicológicas da linguagem, para Wittgenstein, têm seu início a partir da volta do filósofo à atividade acadêmica, no final da década de 20 e estende-se até a sua morte, no início dos anos 50. Tal interesse engloba todo o processo de mudança conceitual que ele opera na sua filosofia da linguagem, entre o *Tractatus* e as *Investigações filosóficas*, ou falando em forma de metáforas consagradas, da linguagem como espelho para a linguagem como ferramenta.

O tratamento gramatical consiste, simplificadamente, em explicitar regras implícitas no uso da linguagem, no caso em questão, do vocabulário mental.

Encontramos em vários momentos de sua obra reflexões acerca da problemática do mental, mas, nas coletâneas póstumas nomeadas de *Observações sobre Filosofia da Psicologia I e II* (*Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie* – neste artigo, serão chamadas de *Bemerkungen I e II*) e nos *Últimos Escritos sobre Filosofia da Psicologia I e II* (*Letzte Schriften über die Philosophie der Psychologie*) I e II, percebe-se toda a presença de um tratamento específico do vocabulário psicológico, dimensionando melhor o alcance e as pretensões do filósofo neste assunto.

Nestas coletâneas, Wittgenstein debruça-se especialmente sobre os verbos mentais, percebendo elementos conceituais presentes no uso desses verbos e, a partir disso, mostrando, com mais clareza, as demarcações entre os conceitos mentais, além de criticar as confusões conceituais que a ciência e o senso comum construíram sobre esses conceitos,

---

<sup>3</sup> Também tratei desta questão da conceituação da filosofia da mente em Wittgenstein no capítulo: SOUZA, M. J. A. Contra uma imagem de vontade: alguns argumentos wittgensteinianos. In: SOUZA, M. J. A. & LIMA FILHO, M. M. de. **Escritos de filosofia: linguagem e cognição**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 47-72.

exatamente, por serem caudatários de um modelo de linguagem referencialista (objeto – designação).

A minha pretensão é apresentar alguns aspectos da filosofia da mente de Wittgenstein, a partir de uma série de elementos conceituais que emergem dessa mesma investigação, os parâmetros conceituais da gramática dos conceitos mentais.

Conceitos mentais ou psicológicos são aprendidos no uso e treino linguístico, em circunstâncias normais. Não existem “besouros” privados a que tais conceitos se refiram ou sejam instanciados, não existem substâncias espirituais que sirvam de ancoragem de significação para termos psicológicos. O que existem são regras e traços de uso correto dos termos mentais, isto é, sua gramática. A decifração ou o expor dessa gramática é um exercício complexo, pois os conceitos se constituem a partir de uma conjunção variável nos jogos de linguagem dos conceitos mentais, em que enunciados e comportamentos característicos, em contexto de uso e circunstâncias específicas, dinamizam a complexidade e fluidez dessas gramáticas.

Para iniciar a apresentação dos parâmetros, selecionei o § 63 das *Bemerkungen II* (Wittgenstein, 1988b, p. 12). Este parágrafo expressa a tentativa, diria malograda, de Wittgenstein em estabelecer uma classificação dos conceitos mentais. O importante, para a reflexão deste artigo, é a indicação feita de alguns parâmetros de determinação dos conceitos mentais, não propriamente o quadro classificatório. A pretensão é mostrar essa classificação e expor, na sequência, de modo mais sistemático, os parâmetros conceituais para guiar o trabalho de descrição gramatical.

Em *Bemerkungen II* § 63, apresenta um “Plano para o tratamento dos conceitos psicológicos”. Menciona características de verbos psicológicos; de sensações (*Sinneempfindungen*), e de representações (*Vorstellungen*).

– Para os verbos psicológicos, indica: verbos psicológicos possuem assimetria pronominal. Com algumas exceções, os verbos psicológicos na 3ª pessoa do presente são identificados por observação; na 1ª pessoa, não. Observação de comportamentos característicos em circunstâncias normais. Frases na 3ª pessoa do presente = informação; frases na 1ª pessoa do presente = exteriorização.

– Das sensações, indica que:

- . Têm genuína duração: – têm início e fim;
  - podem ser sincronizadas;
  - podem ter ocorrência simultânea.
- . Têm graus e qualidades misturadas: – “escassamente perceptível”;

– “não permanente”.

. Não existem sensações específicas de posição e movimento, por conta dos graus e qualidades misturados. Sabe-se simplesmente o lugar e a posição das sensações (quaisquer) nos seus membros, isso quando perguntado, como no caso da dor. Não existe signo local sobre a sensação.

- . Ensinam algo sobre o mundo exterior,
- . Seu jogo de linguagem: “Veja esta figura”.

– Das representações, indica que:

- . Podem ser: imagens auditivas, visuais,
- . Não ensinam nada do mundo exterior, não são sensações,
- . Não são alucinações, nem fantasias,
- . Estão sujeitas à vontade,
- . Representações (*Vorstellungen*) não são figuras (*Bilden*),
- . Seu jogo de linguagem: “Imagine esta figura”.

Em *Bemerkungen II*, § 148 (Wittgenstein, 1988b, p. 28) tem-se a “Continuação da classificação dos conceitos psicológicos”. Fala agora das emoções (*Gemütsbewegungen*).

– Das emoções, indica que:

- . São: raiva, alegria, depressão, medo,
- . Têm genuína duração,
- . Não são localizadas,
- . Têm expressões comportamentais características.

– Podem ser:

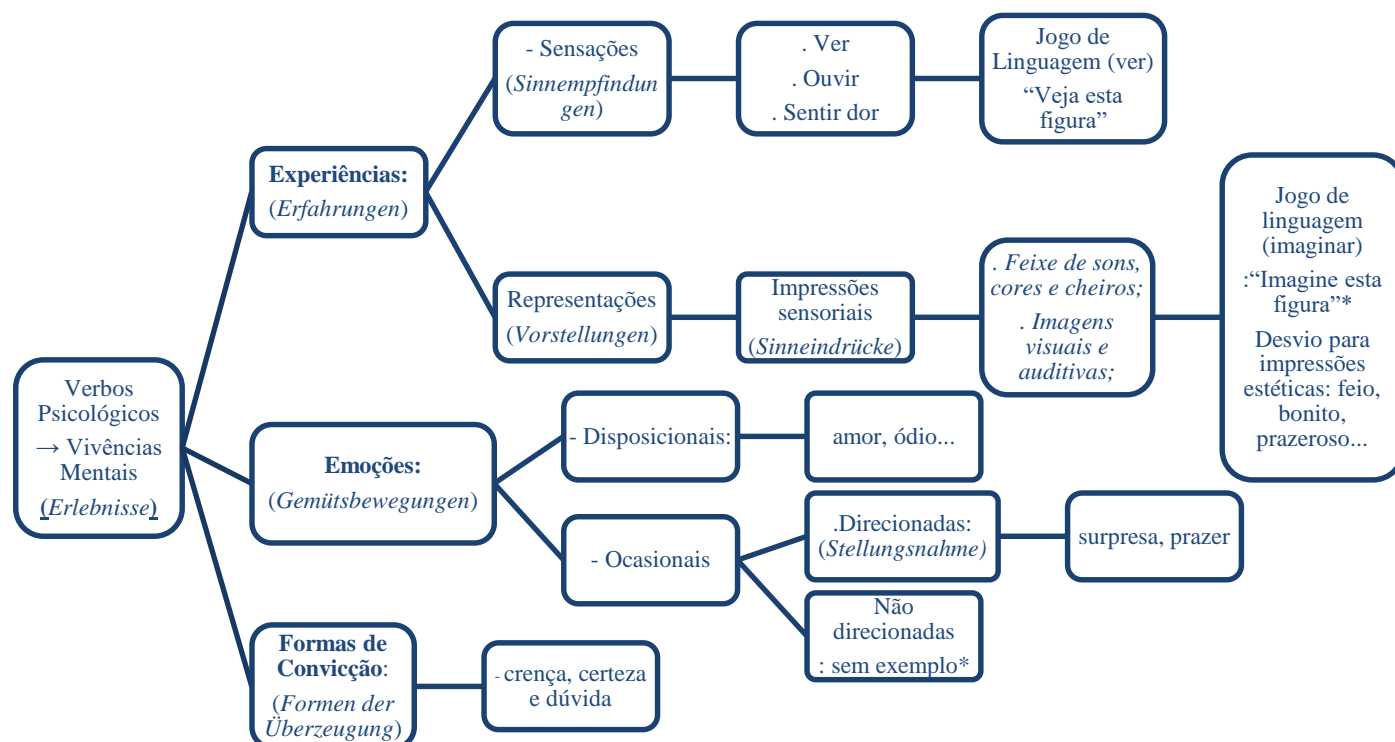
- . Dirigidas/diretas: “medo de algo”;
- . Não dirigidas/indiretas: “Alegria a propósito de algo”.

- . Não ensinam nada sobre o mundo exterior,
- . Seu conteúdo é algo como uma figura: “Chamas de ódio...”,
- . Existem disposições emocionais: amor, ódio ou medo num sentido específico.
- . Possuem circunstâncias específicas.

Fazendo um ensaio de articulação dos fragmentos classificatórios dos conceitos psicológicos, sem pretensão de exatidão, mesmo porque não era isso que Wittgenstein

buscava, além de existirem confusões, ambiguidades e lacunas, é possível compor um quadro, que deve ser tomado com extrema reserva, sendo, entretanto, um bom aliado para estabelecer uma visão sinóptica dos conceitos psicológicos (WITTGENSTEIN, 1988a, p. 158; § 895), o que auxiliaria na investigação específica de um conceito mental.

**Figura 1.** Proposta de quadro-síntese do tratamento dos conceitos psicológicos feito por Wittgenstein nos §§ 63 e 148 das *Bemerkungen II* (Wittgenstein, 1988b).\*



\*Apesar de Wittgenstein não indicar exemplos, podem-se levantar alguns: depressão, angústia e *spleen* (sentido francês).

Hacker (2000, pp. 143-155) menciona uma série desses parâmetros para estabelecer uma compreensão mais ampla e gramatical dos conceitos psicológicos. Ele chega a relacionar 20 parâmetros de classificação, apesar de deixar de lado um parâmetro destacado, em alguns momentos por Wittgenstein, que é “ensinar algo do mundo exterior”. Tendo os parâmetros detectados para o ensaio de classificação dos fragmentos das *Bemerkungen*, bem como outras referências das *Bemerkungen* e de *Zettel*, e levando em consideração algumas indicações de Hacker, destaco apenas e arbitrariamente 10 parâmetros gramaticais para melhor compreensão da proposta de Wittgenstein de tratamento do mental.

**i. Assimetria Pronominal:** A assimetria é marcada, primeira e comumente, pelo fato de enunciações em 1ª pessoa do presente do indicativo serem tomadas, em verbos

psicológicos, como exteriorizações, e as enunciações em 3ª pessoa dos mesmos verbos serem tomadas como relatos ou descrições comportamentais. Contudo, essa regra não é tão mecanicamente aplicada. Por vezes, em determinadas circunstâncias, as enunciações de 1ª pessoa podem ser relatos, não necessariamente de comportamentos, como quando alguém diz ao médico sobre sua dor: “sinto dor no joelho esquerdo”, como uso variante da regra. É possível pensar também que existem relatos, em alguns casos, baseados em introspecção, não na perspectiva de descrever o que se vive ou viveu internamente, mas como relato de pensamentos sobre reações ou respostas passadas avaliando e refletindo sobre o que deveria ter feito se tal e tal coisas acontecessem: “Confesso que deveria ter agido de modo coerente com a situação”. Por vezes, também, alguns usos de verbos psicológicos podem ser vistos como extensão de comportamentos antes da aquisição da linguagem, pré-linguísticos, como “chorar ou gemer de dor”, “tentar obter um objeto que se queira”, mas outros não têm esse correlato pré-linguístico. As coisas são muito confusas, misturadas e graduadas. Todavia, a maioria das enunciações com verbos psicológicos seguem essa regra e as exteriorizações, não sendo descrições de conteúdos mentais, não são disputáveis, polemizáveis em condições normais de uso (WITTGENSTEIN, 1988a, p. 127; § 693).

**ii. Assimetria Epistemológica:** Na esteira da assimetria pronominal, se estabelece a assimetria epistêmica. A questão está relacionada às possibilidades do estabelecimento do valor de verdade dos enunciados de verbos mentais.

Faz sentido duvidar da verdade de um enunciado com o verbo sonhar em primeira pessoa? Se alguém diz no café da manhã: “Hoje eu sonhei que era professor de física em Havard”, faz sentido alguém dizer, “isso é mentira” ou perguntar: “como você pode provar isso?”? A ausência de sentido é a expressão da assimetria epistêmica, que aponta para a regra, que pode ser expressa da seguinte maneira: “Enunciação em primeira pessoa de boa parte dos verbos mentais devem ser tomadas como verídicas, sinceras ou autênticas, em circunstâncias normais”.

Faz sentido, em certas circunstâncias, falar que se sabe, se conjectura, se acredita que outra pessoa deseja ou quer isso e aquilo, espera que assim e assim aconteça, acredita ou pensa que tal e tal. Como faz sentido, em certas circunstâncias, falar que se duvida que outra pessoa sente dor, deseja ou quer isso e aquilo, espera que assim e assim aconteça, pensa ou acredita em tal e tal etc. Aqui outra observação gramatical, que pode ser expressa assim: A dúvida de enunciados que envolvam verbos mentais (maioria) só se afirma na perspectiva de 3ª pessoa, em circunstâncias normais. Aqui, é bom salientar, há uma certa variedade na dinâmica epistêmica da dúvida ou da certeza estabelecida. Primeiro, devido ao fato de o grau

de certeza ou de existência da dúvida não ser dado por referência à constatação ou à verificação de estados mentais internos, toda a situação, tanto de certeza quanto de dúvida, é estabelecida por critérios. A pergunta acerca dos critérios está associada à pergunta: “Como você sabe que é isto que se passa?”. É possível dizer que o critério é definido por uma relação conceitual, gramatical, para o estabelecimento do que conta ou não como aplicação de um termo e/ou expressão.

Assim, ao se ser perguntado como sabe que ele tem dor, pode-se responder: “Eu sei porque ele está gemendo e se contorcendo”. Com isso, estabelece-se o que conta ou não como aplicação da expressão “ter dor”. Contudo, pode-se ser questionado: “Mas ele pode estar simulando ter dores”. De fato, isso é possível, mas será necessário que ele saiba o que conta como critério para a expressão “ter dores” significa para poder enganar alguém; ou seja, é necessário que ele conheça a gramática da palavra “dor”. Duvidar se alguém satisfaz aos critérios para determinada aplicação de determinada expressão só é possível se se perceber alguma circunstância que coloque em dúvida o seu critério. Os critérios, portanto, pressupõem circunstâncias de aplicação e tais circunstâncias podem variar em diferentes contextos. Por conseguinte, a configuração de práticas não é algo necessário e definitivo.

Termos mentais exigem critérios para sua aplicação; dentro desses critérios existem formas determinadas de conduta. A expressão “dor” é aprendida em determinadas situações associadas a específicas condutas; essas situações e condutas constituem, posteriormente, critérios que justificam o sentido da expressão. Isso não exclui a simulação. A simulação de termos mentais pressupõe critérios. Não se exclui que possa haver dor sem conduta ou conduta sem dor, mas “dor” ficaria uma expressão vazia sem critérios externos. “Um ‘processo interior’ necessita de critérios exteriores” (WITTGENSTEIN, 1991, p. 154; § 580). Isso implica que determinadas condutas, em circunstâncias específicas, permitem que se use um termo mental para indicar que alguém está em tal e tal estado ou processo mental, nada mais, e isso não é uma afirmação arbitrária.

O importante é eliminar qualquer ideia de que algo interior garanta a certeza ou a dúvida dos enunciados. A assimetria epistêmica não é estabelecida por algo que ocorre em mim que o outro só pode saber por meu enunciado supostamente sincero. Esse é um equívoco, pois não existem critérios privados. Entretanto, é bom afirmar, faz sentido duvidar, saber ou crer que outra pessoa esteja sendo ou não sincera na afirmação de seu querer [“Eu sei (duvido, creio) que ele quer dançar”]. Não faz sentido fazer afirmações do mesmo tipo para si próprio: [“Eu sei (duvido, creio) que quero dançar”, simplesmente, “Eu quero dançar” ou “Eu não quero dançar”]. Dado o caráter próprio dos verbos psicológicos,

não existem critérios de verificabilidade, o melhor seria falar de critérios de autenticidade ou sinceridade. Não se verifica, como uma comprovação de hipóteses, se alguém quer ou não quer  $p$ , crê ou não que  $p$ , sonha ou não em  $p$ ; simplesmente, dados os critérios de uso e circunstâncias normais que se conformam à aplicação correta da enunciação, é possível afirmar que alguém quer, crê ou sonha sinceramente. O que indica que a solução para a determinação do caráter epistemológico dos enunciados que envolvem querer não é factual, mas gramatical (WITTGENSTEIN, 1989, pp. 132-133; § 590).

**iii. Expressões Verbais Características:** Esse parâmetro está associado aos dois anteriores. A tradição filosófica hipostasiou verbos psicológicos, como se esses se referissem a atos, processos, estados ou disposições acessíveis unicamente ao agente e fossem discerníveis por introspecção. Wittgenstein diz que essa hipostasia permanece como uma tentação, na medida em que se procura um sentimento de volição, um ato mental da crença, da vontade, uma imagem do pensado. Wittgenstein propõe que se evitem essas tentações metafísicas, substituindo-as por expressões características em efetivos contextos de uso. Com isso, não se deixa de admitir que existam, em certas situações, conceitos de pensar, querer, crer, sonhar, independentes de sua expressão, ou melhor, pode-se admitir que existam tais conceitos mentais sem que suas expressões características sejam pronunciadas. Porém, é necessário ter em mente que as supostas naturezas desses conceitos não são compreendidas sem contexto. Além disso, ter a sensibilidade, ou melhor, a habilidade de saber que os usos efetivos de palavras ou verbos psicológicos não necessariamente expressam seu significado imediato e comum: querer, pode, ser, tentar, desejar, esperar... (WITTGENSTEIN, 1988a, pp. 12-13; § 51). Isso indica que as expressões verbais como “Eu quero dançar” são características de quem efetivamente quer, mas podem ser expressão de desejo, de decisão; isso só o contexto e as circunstâncias dirão.

**iv. Comportamentos Característicos:** Existem conceitos psicológicos que gramaticalmente apresentam manifestações comportamentais características, a despeito da simulação. Contorcer-se de dor é comportamento característico de sentir dor, como chorar e gemer, apesar de ser possível chorar de alegria. Algumas sensações têm reações faciais características como, quiçá, abrir a boca de espanto, arregalar os olhos de medo, ficar vermelho de vergonha etc. Existem gestos característicos de ternura, de impaciência. Por vezes, o tom de voz pode indicar descrença ou mágoa. Alguns desses comportamentos são naturais, outros, aprendidos. Por exemplo, ninguém aprende a ficar vermelho de vergonha, mas se aprende a arregalar os olhos ao se assustar com algo, assim como se aprende a pronunciar uma frase com tom de mágoa. Os comportamentos característicos são variados



e fluidos, mesmo aqueles não aprendidos. Pode-se chorar de dor, de tristeza ou de alegria, pode-se ficar vermelho de raiva ou de vergonha. Um mesmo olhar pode ser sinal de raiva ou repreensão. Diante disso, essas manifestações comportamentais devem ser compreendidas em relação às circunstâncias em que elas ocorrem. A rigor, não são condições necessárias e suficientes para aplicar critérios mecanicamente, mesmo porque se deve evitar tomar os conceitos psicológicos como substâncias com características específicas. Existem conceitos psicológicos que, no entanto, não apresentam comportamentos característicos, como a crença (quicá, exceto, em situações rituais, salvo simulação) ou o conhecimento. Esses, em geral, são dependentes de expressões verbais características, sobretudo em situações dialogais. É certo que a ação ou o comportamento expressam crenças de modo fundamental, mas difuso, pois não se pode afirmar, em termos pragmáticos, que uma crença se estabeleça isoladamente. Crenças pressupõem outras crenças, formando uma rede de crenças articuladas. A rigor, não se pode falar de comportamentos típicos para crenças específicas.

*v. Duração:* Um dos parâmetros estabelecidos por Wittgenstein para distinguir conceitos psicológicos é a duração, mais especificamente, a genuína duração. Ter genuína duração significa que algo tem início e fim, e entre os dois ocorre algo que persiste continuamente. Por exemplo, ter uma dor de estômago por 30 minutos. Seu perdurar pode ser uniforme ou não, e é possível ficar atento ao seu curso. O mesmo se pode dizer de uma sensação de medo, de excitação, de ansiedade. Genuína duração da “vivência” dos conceitos psicológicos pode ser interrompida por uma perda de consciência ou de atenção ou pelo sono. Genuína duração é um parâmetro que auxilia na distinção entre sensações, emoções e disposições. A definição é relativa, depende de cada conceito mental sua determinação. A duração de algumas “vivências” de conceitos psicológicos, inclusive alguns que têm duração genuína, pode ser de um momento, um instante. É possível dizer que sofreu uma dor por 2 segundos, ou que viu ou ouviu algo de relance, por um instante. Mas não faz sentido dizer que se ficou deprimido ou ansioso por 3 segundos, ou por um instante, ou mesmo que acreditou por um segundo ou entendeu algo por apenas um momento. O parâmetro da duração genuína se constitui na práxis linguística e, em função disso, a duração genuína é variável, de acordo com os conceitos mentais.

*vi. Localização:* Outro parâmetro é estabelecer a localização ou a posição do relativo conceito psicológico, ou melhor, da “vivência” do relativo conceito psicológico (Cf. WITTGENSTEIN, 1988a, p. 148-149; § 836, & WITTGENSTEIN, 1988b, p. 12-13; § 63). Faz sentido se perguntar ou afirmar o local de uma sensação ou dizer onde ela é sentida. Por vezes, a afirmação ou a resposta é precisa: “Tenho dor na ponta do calcanhar direito”; por

vezes, relativamente indeterminada, como sensações de tontura ou náuseas, isto pensando em localização corporal. Igualmente, é possível falar de verbos psicológicos que indicam conceitos psicológicos que teriam também localização determinada no corpo, como percepção tátil, gustativa, visual, olfativa ou auditiva. A mesma coisa não se pode dizer de outros conceitos: pensamento, crença, intenção, volição e as emoções em geral. Emoções não têm lugar ou posição corporal determinada; igualmente, o pensamento e a crença não ocorrem no cérebro. No máximo, é possível falar de um lugar metafórico, como “sentir emoções no ou com o coração”, “pensar ou imaginar com a cabeça”. O máximo de determinação não metafórica que alguns conceitos psicológicos têm é uma localização geográfica/histórica e individual, sem relevo filosófico, seja de sua ocorrência, formação ou aquisição. É possível dizer: “Adquiri a crença que  $p$  na sala  $x$  do prédio  $y$  da universidade  $z$ ”; “Pensei isso pela primeira vez quando assisti ao filme tal no cinema tal”. O mesmo se pode dizer do querer: “Quis fazer mergulho submarino quando estive em Maceió”. Isso é o máximo que se pode afirmar sobre/acerca da localização ou posição das crenças, pensamentos e desejos. Não existe uma localização corporal determinada ou difusa da crença ou da volição. Não faz sentido afirmar: “Minha crença ocorre no hemisfério direito do meu cérebro, a 3 centímetros de profundidade do final do canal auditivo”.

**vii. Intensidade e Gradação:** Afirma-se que alguns verbos psicológicos têm graus variados de intensidade a partir de sua “vivência”. É possível sentir dor de modo mais ou menos intenso, ter sensações mais ou menos fortes, estados de humor mais ou menos intensos: uma forte ansiedade, uma grande expectativa, uma alegria contagiante etc. Segundo Hacker, percepções não são organizadas em termos de intensidade, mas por clareza e distinção. Realmente, é complicado estabelecer esse parâmetro precisamente, pois os padrões de medida são muito fluidos. Hacker diz ainda que pretensões (*intending*) não são mais ou menos intensas, assim como as crenças. No primeiro caso, afirma que a pretensão é mais ou menos firme, decidida; a crença não é medida por intensidade; diz que alguém não pode acreditar que  $p$  mais que outra pessoa que possui a mesma crença; a gradação, portanto, se dá noutro aspecto (HACKER, 2000, p. 148). Haveria, para ele, graus de convicção que sustentam a crença. “Acredito mais, pois tenho mais razões ou provas para afirmar minha crença”. Posso não ter razões ou provas, mas posso envolver-me mais ou menos apaixonadamente com uma crença. Aqui é possível gradações. Entretanto, está-se diante de uma dificuldade efetiva de estabelecer padrões de medida, isto é, gradações de “vivências” desses conceitos psicológicos. Pensa-se que, primeiramente, o “conteúdo” ou “vivência peculiar” de uma emoção, sensação, crença ou intenção não é dado por uma esfera privada

(WITTGENSTEIN, 1988a, p. 127; §§ 691, 692, 693), mas por comportamentos característicos, circunstâncias e contextos de significação quando se pode afirmar que se está diante de alguém com tal emoção, sensação, crença ou intenção. Nesse caso, as coisas variam, têm padrões criteriais de gradação bastante diferentes: um olhar, um franzir de testa, uma posição de lábios, um movimento brusco de um membro, a insistência em falar ou repetir ações ou a insistência em se omitir, podem indicar, em circunstâncias particulares, se uma sensação foi ou não intensa, uma emoção foi ou não forte e assim por diante. É difícil saber distinguir a claridade e a diferença das percepções como indica Hacker. Claridade pode ser intensa ou não, igualmente a diferenciação (distinção), existe uma visão mais ou menos distinta, um canto distante é menos distinto que um canto próximo com a mesma intensidade (volume), mas são esses elementos que definem efetivamente a gradação de uma clareza ou a distinção das percepções?

A crença é um conceito complicado, uma vez que não existem comportamentos característicos de crença, nem sensação específica. Em geral, toda avaliação se faz em termos de declaração de crença (exteriorização), mas é confuso afirmar que não é possível admitir graus de crença, mas de convicção. É fato que é difícil fazer descrições da convicção (WITTGENSTEIN, 1988a, p. 68 e p. 130; §§ 347, 710), por vezes, as descrições são muito metafóricas (Ibid., p. 143; § 808), mas existem alguns elementos importantes para caracterização: exteriorizações (Ibid., p. 141 e p. 144; §§ 789, 810), bem como gestos e tons de voz (Ibid., p. 164; § 928), que expressam a convicção. O mais complicado é saber como é possível separar todos esses elementos que distinguem a convicção da crença. É fato que existem, por vezes, motivos para duvidar, mesmo que alguém afirme e tenha caracterizações de convicção de que “*p* é verdadeiro”, que tal pessoa acredite mesmo que “*p* é verdadeiro”. Por exemplo: um ator que faz uma propaganda de um remédio que cura uma doença *x*; ou um político que faz afirmações de crença numa campanha eleitoral. Sabe-se que os exemplos são dados em circunstâncias especiais. Nesse jogo, é possível, com dificuldade, estabelecer gradações relativas. Faz sentido dizer que, em função desse jogo complexo, “Ele acredita mais que você”, do mesmo modo, “Ele duvida menos que você sobre *p*” ou “Ele sabe mais que você que *p*”.

**viii. Algo sobre o Mundo Exterior (estar sujeito à vontade):** Wittgenstein afirma em *Bemerkungen II*, § 63 que “Sensações nos ensinam a conhecer sobre o mundo exterior” (WITTGENSTEIN, 1988b; p. 13; § 63)<sup>4</sup>, e ainda, no mesmo fragmento, que

---

<sup>4</sup> “Sinnesempfindungen lehren uns die Außenwelt kennen” (Tradução nossa)

“Representações não nos ensinam nada de certo nem de errado sobre o mundo exterior” (Ibidem)<sup>5</sup>. Também no mesmo livro, no § 48, encontra-se outra citação de semelhante teor “Para (mostrar) a diferença das sensações: elas não nos informam sobre o mundo exterior (observação gramatical)” (Ibid., p. 28; § 148)<sup>6</sup>.

Diante dessas afirmações, tem-se que emoções e representações ou não ensinam nada sobre o mundo exterior ou não nos instruem nada de certo ou errado sobre o mundo exterior, ao passo que as sensações (*Sinnesempfindungen*) nos ensinam sobre o mundo exterior. Para entender o alcance desse parâmetro, é necessário desvendar o significado e as implicações do conceito de mundo exterior.

Tomando essas afirmações inadvertidamente, pode-se imaginar que Wittgenstein esteja reeditando com esse parâmetro um dualismo entre físico e mental. De um lado estaria o mundo físico – público, exterior, com matéria e energia, com objetos perceptíveis, incluindo os nossos próprios corpos –, e do outro, o mundo mental – privado, interior, oculto aos outros, sempre indiretamente acessível e escondido por detrás de fatos comportamentais. A dicotomia físico x mental guarda características semelhantes e pode ser reeditada na dicotomia mundo exterior (físico) x mundo interior (mental). Todavia não é este o significado que o filósofo pretende dar ao termo: “mundo exterior”. Mas qual seria seu significado?

No que se refere a essa suposta dicotomia, há alguns pontos que devem ser esclarecidos. Primeiramente, Wittgenstein coloca noutra patamar significativo a dicotomia interno x externo. A perspectiva do filósofo é a de romper com a ideia de que interno e externo fiquem sob a égide do modelo objeto-designação, em que a palavra “interior”, no contexto mental, signifique, refira-se ou seja sucedânea de entidades como: estados, eventos, processos, atos mentais, como se esse conjunto de entidades mentais formasse um teatro interior de entidades privadas, visto por um olho interior, à moda cartesiana. Por outro lado, a palavra “exterior”, no mesmo contexto, significa o conjunto de eventos, processos, atos e estados físicos, vistos por um olho físico, por assim dizer.

Como foi visto anteriormente, os proferimentos de 1ª pessoa do presente do indicativo não são, em geral, descrições ou relatos (WITTGENSTEIN, 1998a, §§ 691, 693, 695, 817, 926-930 e 1069); se assim o fossem, poder-se-ia supor que fossem relatos de

---

<sup>5</sup> “Vorstellungen belehren uns nicht über die Außenwelt, weder richtig noch falsch” (Tradução nossa).

<sup>6</sup> “Zum Unterschied von den Empfindungen: sie unterrichten uns nicht über die Außenwelt. (Grammatische Bemerkung)” (Tradução nossa).

eventos, atos, processos e estados mentais a que somente o proferidor tivesse acesso. Na realidade, tais enunciações são exteriorizações, expressões que gramaticalmente são semelhantes a reações primitivas, como gestos, gritos e caretas próprias de comportamentos característicos, complexificados no processo de formação dos conceitos. Toda crítica à introspecção e toda força do argumento da linguagem privada embasam também a mudança semântica operada nesse caso. Portanto, a ideia é que a aparência de algo interno escondido tem sentido como algo dado em contextos práticos e primitivos; não existe uma realidade filosófica detrás de minhas expressões (WITTGENSTEIN, 1988b; p. 98; § 558). Tudo o que se chama de “interno” é a construção de uma figura (*Bild*) de acordo com os comportamentos, as exteriorizações e a capacidade de pensar e se expressar do outro (Ibid., p. 111; § 650), daí se inferir e ter reações como se houvesse algo de interior, como jogos de linguagem de auto ou heterodescrição. A questão da interioridade, portanto, possui critérios especiais, todos eles públicos (externos). Sendo assim, a questão sobre o mundo externo se situa noutro plano de argumentação e tem uma relação direta com a discussão de outro parâmetro: “estar sujeito à vontade”.

Wittgenstein afirma que sensações (*Sinnempfindungen*) proporcionam conhecimento sobre o mundo exterior e representações não nos ensinam nada sobre o mundo exterior. É interessante destacar que um dos critérios ou parâmetros de diferenciação entre representações e sensações é dado pela sujeição à vontade. Enquanto as representações são sujeitas à vontade, as sensações não são. Representações são voluntárias, sensações não. Aqui, pode parecer que as representações sempre seriam produzidas ou seriam respostas de provocações da vontade, à maneira maquinal, como um motor. Entendido desse modo, os equívocos de uma imagem (agostiniana) de vontade seriam reeditados. O próprio Wittgenstein levanta uma contra-argumentação sobre esta sujeição à vontade em que é possível que as representações se coloquem contra a nossa vontade (Ibid., p. 16; § 86). Isso apenas demonstra como é confuso e complexo estabelecer estipulações de tal parâmetro e como ele pode ser mal entendido. Vontade não é um motor que produz representações (Ibid., p. 15; § 78). “Sujeição à vontade” é um critério gramatical de conexão para diferenciação entre conceitos psicológicos.

Assim, quando se diz que as sensações ensinam algo sobre o mundo exterior e as representações, não, se está enfatizando uma diferença gramatical entre conceitos psicológicos, o que fica claro quando se comparam jogos de linguagem, por exemplo: “Veja esta figura” e “Represente esta figura”, ou “Ouça esta melodia” e “Imagine esta melodia”. Pode-se dizer que as sensações são verídicas ou enganosas e existem critérios de correção,

por exemplo, quando se tem dúvidas sobre uma característica visual de um objeto, volta-se ao objeto para dirimir a dúvida e, então, se determina quem está errado ou certo; o mesmo não se pode dizer das representações. Nas sensações, comporta-se como observador; nas representações, não. E o observar não produz o observado, eis uma observação gramatical. Se não se faz esta distinção conceitual, usam-se as palavras sem o correto discernimento. Por um lado, se as representações que se fazem das coisas fosse o único modo de se relacionar com as imagens visuais, sonoras etc., então se produziria situações esdrúxulas, como se os objetos tivessem as cores e as formas que fossem imaginadas ou se criariam novos jogos de linguagem com novos problemas epistemológicos, uma vez que se teriam somente imagens da imaginação. Por outro lado, se as sensações fossem o único modo de relação com as imagens, sons etc., uma gama de habilidades, propriamente, humanas, sobretudo, estéticas, desapareceriam. Estar-se-ia condenado a um único jogo de linguagem, nesse aspecto. O importante, na discussão, é não confundir os jogos de linguagem. Pode-se imaginar o que não vejo e posso imaginar ou representar interiormente o som de uma melodia de Bach ou o gosto de um bolo de chocolate, mas isso não é o mesmo que ouvir a melodia e provar o bolo. Não posso deixar de ver aquilo que agora vejo, meus livros, meu escritório, a mesa sobre a qual escrevo, que sinto calor nessa primavera quente do Nordeste brasileiro, que ouço o latido do cachorro do vizinho; mas posso me imaginar numa tarde amena numa casa de chá na serra capixaba ouvindo Bach e comendo um gostoso bolo de chocolate.

As palavras para descrição de uma representação e uma sensação indicam modos diferentes, com práticas diferentes, mas, a rigor, nenhuma delas se refere a um processo mental misterioso. A diferenciação nos usos das palavras, nos jogos de linguagem distintos, não significa também que existam imagens internas e externas, sendo as internas, imaginadas, e as externas, vistas, sentidas, ouvidas. Há critérios e contextos diferentes para usos diferentes das mesmas palavras. Um aspecto importante é que imaginar ou representar, é, de algum modo, uma atividade (WITTGENSTEIN, 1988b, p. 15; § 80), parecida com a de desenhar. Se tenho habilidade, posso desenhar bem um jardim que vejo na praça, mas também posso imaginá-lo. O mesmo se pode dizer sobre uma melodia ou até sobre calcular de cabeça (Ibidem). Como atividade, o representar tem uma *relação interna* com a vontade; pode-se, então, realizar ou não tal atividade, pode-se iniciá-la e mantê-la por algum tempo. Assim, faz sentido responder a uma ordem como “Imagine isto assim”: “Não quero imaginar”, “Não vou imaginar” e isso não é algo interior misterioso. As imagens mentais não são como pinturas de objetos externos, visualizados internamente. Em primeiro lugar, não existe regra que, no jogo de linguagem do imaginar (representar), estabeleça o seguinte: “Imagine apenas

o que você vê”. Em segundo lugar, como se pode assegurar internamente que visualizo tal e tal imagem? Como se pode garantir que se exerce essa atividade? Aqui a diferença entre uma representação, como suposta imagem interior privada, e imagem exterior (figura) é importante e indica mais um elemento nesses jogos de linguagem. A imagem exterior pode ser mostrada a todos e é exatamente isso que se faz: usar como figura, para saber se alguém imagina algo. Imaginar é uma atividade que se aprende no uso da linguagem, portanto, pública, comparada e testada por descrição verbal ou desenho e não se refere a uma atividade interior privilegiada. Sendo assim, o conceito de representar ou imaginar não ensina nada de certo ou errado sobre mundo, pois é uma atividade mental; como tal, está sujeita à vontade, não é uma atividade de cópia do mundo, daí seu caráter criativo, não atrelado aos “objetos”; daí não ensinar nada de certo ou errado acerca do mundo exterior, já que ela tem critérios públicos para dizer se alguém imagina ou não.

Imaginar é diferente do ver, ouvir e sentir – verbos psicológicos que apontam para o conceito de sensação. Ver, ouvir e sentir não são ações e podem, portanto, ser encarados como estados. Ao se dizer a alguém “ouça esta música” e cantá-la, o interlocutor pode dizer que não quer ouvir, mas se o propositor insistir em cantar, ele não terá condições, a princípio, de não ouvir. Ele pode executar outras ações para não ouvi-la, tais quais: tapar os ouvidos, sair de perto, fechar-se num outro cômodo etc. Não posso controlar quando se instaura um som, uma imagem, um gosto, a sensação desses eventos. Daí eles não estarem sujeitos a minha vontade. Posso até, por prática e treino, “desviar-me” das sensações (situação anormal), mas isso é uma habilidade, quiçá, da imaginação, que pressupõe tais estados e tais sensações. Então, deve existir uma diferença gramatical no uso desses termos. Não se quer dizer com isso que sensações reproduzem o que é o mundo exterior, como se houvesse um, à maneira de uma cópia, mas que o uso das palavras de sensação aponta para esta regra de não controle das imagens, indicado por esse critério, expresso metaforicamente, “de ensinar algo sobre o mundo exterior”, associado ao critério “não estar sujeito à vontade”.

**ix. Conexões Conceituais:** Uma das interessantes atividades na discussão dos conceitos psicológicos é a identificação da rede de conexões que eles formam. À medida que se identificam conexões, também se percebem exclusões conceituais. Isso implica que cada conceito se articula de modo próprio com outros conceitos, formando uma rede complexa, por vezes, irregular de conexões, que deve ser tratada caso a caso. A demarcação das conexões entre conceitos psicológicos, bem como a detecção das falsas conexões, das similaridades falsas e das exclusões, ajudam a estabelecer uma compreensão ampla e

gramatical dos conceitos. Isso serve de parâmetro descritivo para aplicação em situações normais de uso dos conceitos psicológicos.

**x. *Categorias Formais:*** A construção de categorias formais é praxe na investigação psicológica e mesmo em alguns ramos da filosofia da mente. Dessa prática, derivam categorias tais como evento, ato, estado, processo e disposição. Por vezes, tal construção formal auxilia a organizar fenômenos mentais, tornando-os, a princípio, mais palatáveis. Assim, a ansiedade é enquadrada como um estado, a imaginação como uma atividade, a dor e as percepções como eventos, crença como uma disposição ou como um estado e lembrar-se como um ato. Entretanto, no domínio do mental, do psicológico, as coisas se tornam muito complexas devido à variedade de situações e circunstâncias, o que indica uma fluidez e uma grande variação categorial (WITTGENSTEIN, 1988a, p. 119; § 648). O problema é que, dado o caráter rígido e formal dessas categorias, elas tomam os fenômenos mentais de modo pasteurizado e não problemático, o que pode comprometer as investigações psicológicas, produzindo ou mantendo imagens equivocadas sobre o mental. Neste aspecto, o parâmetro das categorias deve ser visto com reserva, já que a sua aplicação direta e irrefletida às circunstâncias possivelmente levará a mal-entendidos. Numa palavra: como não existem superconceitos para além dos jogos de linguagem, o parâmetro de categorização, a despeito de sua importância, deve ser visto com cautela.

### **Considerações finais**

A filosofia da mente de Wittgenstein possui peculiaridades que a diferenciam de uma série de tratamentos filosóficos contemporâneos do mental. Sua filosofia da mente emerge de sua filosofia da linguagem, mais especificamente da sua busca de realizar uma descrição gramatical das palavras mentais (verbos mentais), empreendida, em especial, nas *Bemerkungen*. Tal busca vem de sua retematização dos fundamentos filosóficos da linguagem, que rompe com uma moldura referencialista, objeto-designação, e busca situar-se numa pragmática, usual. No estudo destas gramáticas, os conceitos mentais começam a ganhar contornos mais nítidos, por se perceber parâmetros pragmáticos de determinação, conforme foi apresentado no artigo. Neste processo, exposto nas *Bemerkungen*, inusitadamente, o filósofo tenta elaborar um “plano de tratamento dos conceitos psicológicos” (WITTGENSTEIN, 1988b § 63) e uma tentativa de “classificação dos conceitos psicológicos” (Ibid, § 148). Estes parágrafos foram fundidos num quadro e utilizados não para provar que o filósofo fez uma taxionomia dos conceitos mentais, mesmo porque esta tentativa traz um desconforto diante da proposta de percepção dos conceitos por semelhança de família, uma vez que a construção se



apresenta muito rígida e esquemática. O valor de tal tentativa é indireto, ou seja, utilizar desses parágrafos para mostrar que Wittgenstein se valeu de parâmetros gramaticais para construir uma melhor conceituação de nossas práticas linguísticas sobre o mental. Este é um dos expedientes da terapia wittgensteiniana para se situar na complexidade dos jogos de linguagem que envolvem conceitos mentais. A exposição e comentário dos parâmetros gramaticais indicam aspectos metodológicos e compreensivos do seu tratamento filosófico do mental. Por eles, se consegue perceber nuances pragmáticas fundamentais entre os conceitos mentais. A proposta do filósofo não é construir uma teorização dos conceitos mentais, mas indicar e ensinar uma técnica de descrição, na qual se percebe constâncias fluidas de determinação conceitual, dando maior clareza aos conceitos mentais e proporcionando uma visão panorâmica desses conceitos. A aquisição desta técnica visa mostrar os sem sentidos construídos por uma moldura referencialista, saindo de uma dieta unilateral de imagens, que alimenta uma compreensão interiorista e subjetivista do mental. Espera-se que este modesto artigo ajude na compreensão da filosofia da mente de Wittgenstein ou que seja um incentivo para sua investigação.

#### **Referências:**

HACKER, P. M. S., **Wittgenstein, mind and will**. Analytical commentary on the philosophical investigations. v.4. Oxford: Basil Blackwell, 2000.

SOUZA, M. J. A. & LIMA FILHO, M. M. de (orgs.). **Escritos de filosofia: linguagem e cognição**. Maceió: EDUFAL, 2015.

WITTGENSTEIN, L **Remarks on the philosophy of psychology**. v. I. Oxford: Blakwell, 1988a.

\_\_\_\_\_. **Remarks on the philosophy of psychology**. v. II. Oxford: Blakwell, 1988b.

\_\_\_\_\_. **Fichas (Zettel)**. Trad. Ana Berhan da Costa. rev. Arthur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1989.

\_\_\_\_\_. **Investigações filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Col. Os Pensadores).